

«RECORTE»
Apartado 2571
Lisboa-C.Por. gal
Telef. 4 43 or

COMERCIO DO PORTO(O) orto	19. FEV. 1979
Concelho de Estarreja Estarreja	
DISTRITO DE SETÚBAL Setúbal	
ECO DO FUNCHAL Funchal	
MUNDO MOTORIZADO Lisboa	

0206/79

Universidades - G. Freire

Viver e Reflectir

201 ENSINO SUPERIOR: DO PROJECTO À ACÇÃO

Concluimos hoje as considerações que fizemos em três comentários anteriores sobre o debate realizado em Castelo Branco no serão de 7 de Fevereiro.

Perguntávamos na última reflexão: «Quem sustenta o Ensino Superior?». A resposta não foi dada explicitamente. Em vez dela, falámos antes de quem funda e se responsabiliza pelo funcionamento do Ensino Superior. Se for o Estado que institui as Universidades, quem paga é o Povo, através dos impostos. Se for a Igreja que tem a iniciativa, as receitas têm de ser procuradas nas matrículas e nas propinas dos alunos e nas ofertas generosas dos crentes. Se se trata de uma Universidade Livre, as despesas correrão mais ainda à responsabilidade dos alunos.

Notemos, no entanto, que todo o estabelecimento de ensino particular, uma vez que lhe seja reconhecida utilidade pública e se conforme com normas e programas aprovados pelo Estado, pode (e deve) recorrer aos dinheiros públicos. Deve aplicar-se aqui a doutrina que vem sendo defendida sobre a equiparação científica, pedagógica e económica do ensino particular e cooperativo aos estabelecimentos oficiais.

Há tipos de iniciativa que não temos visto tratados entre nós. As autarquias locais podem promover o ensino superior. Mas onde irão buscar o dinheiro para um Instituto ou Universidade Municipal ou Regional? Também uma instituição ou «fundação» pode ter como actividade a sustentação do ensino superior. Reconhecemos que entre nós, nem há a tradição das fundações fortes nem vemos instituições que pudessem manter uma Universidade. Exceptuar-se-ia a Fundação Gulbenkian, se se dedicasse só a esse ponto. Foi outra, porém, a vontade do testador. Em 1977-78 a Universidade de Coimbra gastou cerca de 600 mil contos. Quem dispõe deles anualmente?

Se as autarquias e instituições de cultura não têm, entre nós, possibilidade de sustentar Universidades, nem por isso devem desinteressar-se de promover a sua fundação. Há muitas ajudas que as entidades particulares podem dar, desde o lançamento da ideia, a moção dos poderes constituídos, a busca de terrenos, o contacto com pessoas, a organização, etc.

Neste sentido, as regiões do interior devem assumir as suas responsabilidades e não perder «coragem nem o entusiasmo. É preciso lutar. As forças vivas das cidades candidatas ao ensino superior não podem desinteressar-se. Devem constituir-se comissões de estudo para apoiar os projectos e os responsáveis pela instalação. O Governo ou a Igreja, só por si, não irão muito longe se não forem solicitados e apoiados pelas forças regionais.

Ainda um outro problema pode ser focado. A necessidade de um Instituto Superior pode ser reconhecida. Pode mesmo acontecer que, por circunstâncias diversas, a sua fundação não suscite oposições. Mas não basta decretar, no papel, que passa a existir Ensino Superior em Faro, em Trás-os-Montes e na Beira Interior. É preciso que do projecto e do decreto se passe à realidade.

As Universidades Novas não podem ser apenas um trunfo colocado nas mãos de forças políticas que procuram averbar ganhos e vitórias. É preciso que, uma vez decretadas, comecem a funcionar. Depois de lançado o embrião, necessário se torna dar-lhes condições de desenvolvimento e de vida proveitosa.

Abordamos problema de «igualdade de oportunidades», mas deixamos de parte uma questão também essencial: — a constituição do corpo docente. Sem ele, a Universidade não funciona. Onde encontrá-lo? Como formá-lo? Eis um problema que não pode deixar de preocupar a todos. Cremos, MEC. Para o estudar e resolver dispõe ele de técnicos e de no entanto, que este tema é da especial responsabilidade dos conselheiros competentes. Nestas considerações sobre o Ensino Superior e Universitário nas regiões do interior não importa, ao grande público, discutir a formação dos professores universitários. Esse problema é grave e fundamental, mas deve ser posto, em primeiro lugar, às Universidades já bem estruturadas.

JOSÉ GERALDES FREIRE